

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PEDRO TIERRA GOMES DE OLIVEIRA
VICTOR ERICK SILVA

**IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DE
GÊNERO**

Recife, 2022

PEDRO TIERRA GOMES DE OLIVEIRA
VICTOR ERICK SILVA

**IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DE
GÊNERO**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Carla Lopes

Recife, 2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

O48i Oliveira, Pedro Terra Gomes de.
Impactos psicossociais da violência psicológica de gênero/ Pedro
Terra Gomes de Oliveira; Victor Erick Silva. - Recife: O Autor, 2022.
16 p.

Orientador(a): Esp. Carla Lopes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Psicologia, 2022.

Inclui Referências.

1. Violência psicológica. 2. Violência de gênero. 3. Saúde mental da
mulher. I. Silva, Victor Erick. II. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA.
IV. Título.

CDU: 159.9

Agradecemos à nossa família pelo apoio, paciência, aconselhamento e esforço financeiro dentre outras ações, principalmente nesse momento de pandemia onde ansiedades, incertezas e problemáticas novas surgiram.

À nossa orientadora Carla, que em todas as disciplinas que ministrou, em especial a cadeira de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, por sua paciência, cuidado, carinho e disponibilidade, nos mostrando que para além de uma professora, acreditamos que ela seja uma educadora no sentido freiriano.

Aos nossos professores que contribuíram com nossa formação, desde as disciplinas ministradas a conversas fora da aulas, contribuindo assim para o conhecimento psicológico bem como nossa postura ética. Aos nossos amigos e colegas de classe que nos acompanharam ao decorrer do curso, que foram e estão sendo importante para nós. A instituição Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por disponibilizar espaço físico, o curso e a possibilidade de ser relacionar com pessoas tão incríveis.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
3JUSTIFICATIVA.....	13
4DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	13
5 RESULTADOS.....	14
6DISCUSSÕES.....	15
7CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	16

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DE GÊNERO

Pedro Tierra Gomes de Oliveira

Victor Erick Silva

Orientadora: Prof.^a Carla Lopes

Resumo:

A violência psicológica de gênero é uma forma insidiosa de abuso que afeta muitas pessoas em relacionamentos íntimos e pode ter efeitos devastadores em suas vítimas. Este resumo aborda os impactos psicossociais dessa forma de violência, destacando suas emoções e sociais. A violência psicológica de gênero envolve comportamentos abusivos, como humilhações, ameaças, canções emocionais, isolamento social e manipulação, com o objetivo de controlar e submeter a outra pessoa, baseada em questões de gênero. As vítimas podem ser mulheres ou homens, embora sejam mais comumente associadas a mulheres. Emoções complexas e negativas, como medo, ansiedade, culpa, vergonha e baixa autoestima, são frequentemente experimentadas por vítimas de violência psicológica de gênero. A pressão constante mina a confiança e a capacidade de tomar decisões autônomas, levando ao sentimento de impotência e desvalorização pessoal. O presente estudo teve como objetivo compreender os impactos psicossociais da violência psicológica de gênero. Sendo realizado para isso, uma pesquisa de revisão bibliográfica. Apesar da temática da violência contra a mulher ser um tema discutido na academia, na saúde pública, no campo do direito e segurança pública, se dá pouco destaque a violência de gênero psicológica e seus impactos nas mulheres em situação de vítima e na sociedade de modo geral. Esse trabalho de conclusão de curso, trouxe a violência psicológica de gênero no cenário brasileiro, que tem em seu contexto, forte influência do modelo familiar patriarcal, nos moldes do senhor de engenho, onde esse gozava e abusava de sua relação de poder, submetendo a mulher e toda a família a uma relação de submissão, esse contexto e sua relação perpassam por gerações e se mantém na cultura social atual.

Palavras-chave: violência psicológica, violência de gênero e saúde mental da mulher.

1 INTRODUÇÃO

Antes de falar especificamente do tema, é importante frisar que ao relatar um fenômeno, seja ele individual ou coletivo, não se fala de um lugar ou posição científica neutra. Pois, o simples fato da escolha do tema e dos autores que se trata no trabalho já indica que se adota uma postura diante da temática (GUARESCHI, 2008). A problemática da violência psicológica em mulheres em situação de vítima e um problema social (coletivo), suscitando debate público e ações coletivas (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Nessa pesquisa optou-se por trazer a perspectiva da psicologia social sobre o fenômeno da violência psicológica de gênero. Escolheu-se usar o termo, porque delimita o posicionamento político e epistemológico.

No Brasil, por volta dos anos de 1980 começa uma tradição nas pesquisas com essa temática, a princípio na área de assistência social, depois se expandindo por várias áreas de pesquisas, inclusive na psicologia (BANDEIRA, 2014).

Os estudos de gênero são fortemente influenciados por movimentos feministas, criticando que essa questão não é algo apenas biológico e sim está intimamente ligado aos papéis sociais, ou seja, são construídos em cada momento histórico, cultural, político e social. Percebesse que ao longo da história ocidental o papel da mulher foi variando obtendo direitos como voto, trabalho e ao seu próprio corpo.

Por volta da década de 1960, ocorreu a formação de Organizações não governamentais (ONGs) feministas no Brasil, grupos que atuam constantemente a favor dos direitos e melhores condições de vida e abrigam mulheres de todo o tipo de violência, como maus tratos, violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

No Brasil, estudos populacionais apontam que o maior risco de agressão contra as mulheres é de pessoas próximas, como parceiros, familiares cônjuges ou ex-cônjuges (BLAY, 2003). Antes de contextualizar a violência doméstica contra mulheres, cabe salientar que o fenômeno da violência não é algo novo nas sociedades e nem contemporâneo, sendo por diversas citações como fenômeno histórico.

As agressões sofridas pelas mulheres pelos próprios parceiros e estranhos é contínua e severa, infligindo sequelas temporárias ou permanentes, em alguns casos utilizando armas, ou algum objeto que faça a vítima se sentir ameaçada, impactando diretamente a vida e saúde das agredidas. (BLAY, 2003).

Dentro do contexto de violência de gênero, optou-se por trazer a questão da violência psicológica que por vezes é difícil de ser reconhecido e percebido, seja, por mulheres em situação de vítimas, sejam por seus agressores (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A violência psicológica ocasionada contra as mulheres pode surgir de forma silenciosa e de diferentes modos, onde o agressor ameaça, coage, intimida e usa a violência emocional para o controle da agredida, buscando tornar a mulher minimizada, isolada, com alto negação, e as vezes com auto condenação. Por vezes o agressor consegue instrumentalizar os filhos contra a própria mãe, e em outras vezes utilizam a violência econômica como fator de calar a vítima.

Em consequência dessas ações agressivas, podem ocorrer e trazer consequências leves, moderadas ou graves para as vítimas, como por exemplo, lesões, medo de abandono, insegurança social, prática de condutas ilícitas, temor a olhares, comportamentos ou objetos e busca de queixar-se do conjugues com outras pessoas. (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

O agressor utiliza-se de diversas formas para a prática da agressão como: mostrar armas, maltratar animais que fazem companhia a vítima, desmoralizar, insultar, fazer com que a vítima se sinta mal consigo próprio, humilhar, buscando sempre o controle a vida da agredida. (CUNHA, 2016)

Fontes e Diniz (2018) citam que o agressor pode buscar também controlar com que a vítima fala, coibindo as deslocções, limitar o contato externo com o outros, usar ciúme como justificativa, afirmar que a agressão ou violência nunca tiveram lugar, transferir para o outro a responsabilidade do comportamento violento, usar os filhos para passar mensagem, ameaçar levar os filhos de casa, tomar decisões importantes, tratar a vítima como criada, evitar que o outro tenha emprego, fazer com que a vítima peça dinheiro, apossar-se do dinheiro da vítima, entre outros.

A pesquisa também identificou que há escassas produções que trazem a violência psicológica como algo social e coletivo, muitos estudos trazem os efeitos e consequências na vida das mulheres, mais geralmente as ações são pontuais e tendem mais a uma criminalização do agressor e cuidado pontual a saúde da mulher, restringindo as ações no âmbito da mulher em situação de vítima.

Essa é uma problemática, que não só afeta exclusivamente a mulher vítima de violência, mas sim todo um tecido social, a pesquisa visou compreender quais impactos sociais provocados pela violência psicológica de gênero. Buscando contribuir com a visibilidade ao tema, contribuindo de certa forma para a melhor compreensão do assunto pesquisado.

Para maior compreensão desse trabalho de conclusão de curso, buscou-se identificar a violência psicológica contra a mulher no Brasil, dando maior ênfase na perspectiva de violência psicológica de gênero e compreender os impactos psicossociais da violência psicológica de gênero.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A violência psicológica com consequência da violência de gênero no Brasil

Para Cunha (2016) defini violência como qualquer ato e conduta que se utilize de força ou poder intencionalmente visando causar dano e/ou intimidação, a integridade física, psicológica, moral, patrimonial de uma pessoa ou coletividade.

A partir desse conceito, essa pesquisa qualitativa tratou o recorte da violência psicológica de gênero. Essa forma de violência se distingue de outras, por ser mais silenciosa e

de difícil identificação, seja pelas mulheres em situação de vítima, seja por homens em situações de agressores, ou até mesmo por instituições do estado responsável pelos julgamentos e punições(SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

O foco principal da pesquisa foi a violência psicológica, que é o ato ou ausência que cause ou tenha intenção de causar prejuízo à autoestima, identidade ou desenvolvimento da pessoa, como por exemplo: ameaças, chantagens, humilhações entre outras. Geralmente a violência psicológica é uma das mais difíceis de se identificar e sendo base formas de violências domésticas (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Apesar de difícil identificação é uma violência que causa sérios danos à saúde das mulheres, família e da sociedade como um todo, em nossas pesquisas iniciais vimos que mulheres que sofrem constantemente violência doméstica seja ela psicológica ou física podem apresentar baixa autoestima sentindo-se desvalorizada, se culpabilizando pela violência sofrida e com vergonha de ter convivido com tal violência.

Também verificou-se com a revisão de literatura que a violência psicológica no ambiente doméstico contra a mulher deixa marca na saúde das mesmas, sendo os danos à saúde mais perceptíveis quadros como a depressão, transtornos ligados a ansiedade e a síndrome pânico, estresse pós-traumático, dores crônicas (costas, braços e etc.), ideação e tentativa de suicídio, abuso de drogas lícitas ou ilícitas, de medicações (insólitos, antidepressivos, entre outros), sentimento de culpa, impotência, fobia, até a agressões e assassinato (FONTES; DINIZ, 2018).

Esses adoecimentos prejudicam a qualidade de vida e desenvolvimento da mulher, seja no âmbito individual limitando suas possibilidades de existir, seja no social limitando suas relações com outras pessoas. Além de a violência doméstica contra a mulher acabar se tornando naturalizada, tido como algo comum e inerente em relações afetivas (FONTES; DINIZ, 2018).

Freitas et al. (2015) afirma que: a impactos na vida das crianças e adolescentes, quando há filhos do casal que presenciam violências de maneira direta ou indiretas, podendo alterar suas capacidades cognitivas e afetivas (FREITAS et al, 2015).

2.2 Violência de gênero contra a mulher: conceito e características

Sendo a violência de gênero uma das mais antigas, separando a mulher como um ser frágil e sensível e o homem com um ser viril e forte, essa visão ganhou mais força principalmente com os estudos dos corpos humanos onde se percebeu biologicamente que cada gênero é diferente, e em muitos casos usou-se essa diferença para legitimar relações de poder.

Além do aspecto da diferença biológica dos gêneros, cabe trazer uma reflexão sobre o patriarcado, que no aspecto brasileiro devido a colonização, povos europeus, originários (indígenas) e africanos foram submetidos ao modelo hegemônico patriarcal europeu, trazendo como característica uma família biparental, monogâmica e patriarcal. Nessa relação o homem adulto é a figura de poder, onde a mulher e crianças são submetidas e submissas a essa autoridade (CARVALHO; ESPÍNDOLA; MOREIRA; MORERA; PADILHA, 2014).

Bandeira (2014), afirma em seus estudos sobre o tema violência que no Brasil têm suas tradições nos estudos sociais, fortemente influenciado pelos movimentos feminista brasileiro e internacionais. Este é um campo teórico e metodológico, além de contribuir para áreas de intervenções públicas como saúde, segurança pública e do direito.

Nessa perspectiva a violência de gênero é percebida não como algo biológico, naturalmente dado entre homens e mulheres, mas sim uma construção sociais dos papéis esperado entre cada gênero, bem como as relações de poder estabelecidas. Substituído em várias pesquisas o termo mulher por gênero (CUNHA, 2016).

Parece uma simples a mudança de nomenclatura, mas traz um novo significado, tirando a análise da desigualdade da biologia, para o campo sociocultural. Tal análise permite entender a relação de violência de gênero para além do âmbito privado das relações amorosas e familiares, para um âmbito público permitindo uma maior compreensão desse fenômeno e permitindo ações mais eficazes como políticas públicas, leis, debates e entre outras ações coletivas (CUNHA, 2016).

A sociedade brasileira, foi construída em seu modelo hegemônico, social, econômico e culturalmente, influenciado pelo patriarcado, onde perpetuou-se entre os homens um sentimento de posse ao corpo da mulher. Cunha (2016) afirma que por volta dos anos 1970, os movimentos feministas começaram a questionar e mudar a sociedade brasileira, tendo também o crescente aumento das mulheres no mercado de trabalho e na política.

No contexto brasileiro, os estudos sobre gênero são percebidos principalmente, por volta dos anos 1980, quando vários movimentos feministas questionam a violência sofrida por mulheres e a omissão do Estado perante a tal problemática. Tais demandas acabam impactando na criação de Leis como Maria da Penha e a Lei de Femicídio, políticas para lidar com mulheres em situação de vítima e/ou em estado de vulnerabilidade, como casas de acolhimentos, delegacia da mulher entre outros.

Para Souza, Andrade (2021), durante a atual pandemia de COVID-19 a vários relatos, denúncias e aumento da vulnerabilidade das mulheres, sendo a principal causa o fato da mulher estar passado mais tempo com seus agressores (SOUZA; ANDRADE, 2021).

2.3 Os impactos sociais da violência psicológica

Souza e Andrade (2021) ao analisar as relações de poder na perspectiva de gênero afirma que é perceptível que a violência psicológica está estabelecida nas relações quotidianas, sejam elas românticas, familiares, de trabalho ou institucionais. Inclusive dados apontam a crescente violência contra a mulher, durante a pandemia, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FSBP, o que mostra a gravidade e a persistência desse problema (SOUZA; ANDRADE, 2021).

A pesquisa de revisão bibliográfica tornou possível identificar que enquanto não há a ocorrência de agressão física ou sexual, as autoridades e sociedade brasileira, de maneira geral, ainda não reconhece ou tem dificuldade em reconhecer a violência psicológica como uma forma de violência, encarando na maioria das vezes a situação como um problema privado ou do casal, família ou trabalho, legitimando a violência psicológica e moral que também causam ou agravam problemas na saúde das mulheres em situação de vítimas (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Sendo por vezes pouco acolhida e cuidada por profissionais da saúde ou do judiciário, geralmente esses são os primeiros contatos institucionais que as mulheres em situação de vítima recorrem, esses profissionais muitas vezes vitimizam a mulher violentada, reforçando ou tratando a violência psicológica como algo de menor dano à saúde e culpabilizando a agredida por se colocar em tal relação social (LARA; BRUHN, 2016).

Cabe enfatizar que a percepção social sobre a violência psicológica de gênero além de estar relacionada a um discurso relativista como sendo algo da “relação” do casal, ainda se tem um recorte da desigualdade social, onde faixa etária, renda, região, escolaridade, religião e outros fatores podem colocar a mulher em situação de maior vulnerabilidade a essa forma de violência (LARA; BRUHN, 2016).

Acreditasse que a violência psicológica seja base para outras formas de violências, pois causa danos a autoestima, autodeterminação e desenvolvimento as mulheres em situação de vítima, fragilizando e por vezes distorcendo sua percepção de si da realidade (FONTES; DINIZ, 2018).

Nas diversas literaturas pesquisadas, observou-se que a maior parte da violência psicológica de gênero relatada está no âmbito doméstico e familiar, onde se espera que a mulher cumpra seu papel de companheira sexual, dona de casa, mãe e submissa à vontade masculina, e o não cumprimento de um ou mais desses papéis resulta em violência contra essas mulheres (LUCIANE et al., 2019).

Verificou-se também que há instrumentos, estratégias e políticas públicas para a diminuição desse fenômeno social e busca em cuidar das mulheres que foram violentadas, existindo dificuldades cotidianas para um atendimento acolhedor e integral seja nas redes de saúde, assistência social e judiciário (CAMILA; ELLEN, 2021).

Ações individuais ou coletivas para conscientização de ações concretas para atuar sobre a violência psicológica de gênero se fazem necessárias, bem como criar formas mais eficazes de denúncias públicas para coibir as diversas formas ligadas à violência física e sexual (LOURDES, 2018).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada por uma revisão bibliográfica, um método que busca selecionar e realizar o fichamento dos documentos que tenham relação com a temática que se pretende estudar (FLICK, 2009). Para isso realizou-se um levantamento da produção científica existente, envolvendo análise, avaliação e integração entre as literaturas publicadas e revisadas. A forma de análise foi qualitativa, esse recurso traz à tona as reflexões dos pesquisadores acerca de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento, bem como a análise de diferentes perspectivas e abordagens (FLICK, 2009).

No dia 26 de março de 2022, foi realizada a pesquisa nas plataformas Periódicos Eletrônicos em psicologia - PEPSIC, Scientific Electronic Library Online - SCIELO e Biblioteca Virtual de Saúde - BVS.

Foram pesquisados o número de onze artigos e uma monografia de especialização, todas escrita na língua pátria. Foram incluídos todos os artigos originais, com ensaios clínicos randomizados ou não ou observacional. Como critério de exclusão, artigos duplicados, artigos que não se referem ao grupo estabelecido para o estudo, artigos fora do tema proposto e por fim artigos que não se encontram no período determinado para a elaboração do estudo.

Considerou-se os seguintes descritores: violência psicológica contra a mulher, violência de gênero psicológica e impactos psicológicos da violência de gênero. Para a escolha dos artigos publicados, respeitou-se o período de 2012 a 2022. Foi incluído também um artigo de 2007, entendido como pertinente em suas referências como muito importante, pois os demais autores o citavam com bastante frequência.

Houve por último os fichamentos dos textos de todos, para definir quais artigos entrariam ou não como componente da bibliografia desse Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC). Houve a consulta de dois programas antiplágio, havendo um percentual maior devido a especificidade do tema, onde mudanças de palavras acarretariam em mudança do sentido que seria dito.

4 RESULTADO

Segue abaixo tabela com possíveis autores para construção das discussões:

Tabela 1: Artigos selecionados

Autor	Tipo	Título	Contribuição para o TCC
Luciane Lemos da Silva; Elza Berger Salema Coelho; Sandra Noemi Cucurullo de Caponi;	Artigo	Violência Silenciosa: Violência Psicológica como Condição da Violência Física Doméstica.	Traz conceito de violência psicológica ajudando a compreender os potenciais danos à saúde em mulheres em situação de vítima.
Lourdes Maria Bandeira.	Artigo	Violência de Gênero: a Construção de um Campo Teórico e de Investigação.	O artigo trouxesse uma compreensão histórica e social das contribuições dos movimentos feministas para questões relacionadas a violências de gênero.
Giordana Calvão Fontes; Gláucia Ribeiro Starling Diniz.	Artigo	Gênero, Saúde Mental e Violência: Impactos Adversos da Violência Conjugal Psicológica na Saúde Mental de Mulheres.	Traz conceitos sobre violência psicológica e também potenciais danos à saúde das mulheres que sofrem essa forma de violência focando mais em aspectos da saúde mental que estão relacionados com essa forma de violência.
Maria Luciana Garcia Cunha	Monografia	A Percepção Social Da Violência Psicológica Contra A Mulher	O estudo contribuiu para uma maior compreensão do fenômeno da violência de gênero, principalmente no que tange as abordagens psicossociais sobre a violência contra mulheres.
uLetícia Bortolotto Flores; Samara Silva dos Santos; Ilana Lemos de Paiva.	Artigo	Construindo “Teias”: Fragilidades E Potencialidades Para O Enfrentamento Da Violência Contra A Mulher	O seguinte artigo nos mostra as dificuldades que são enfrentadas nas práticas e execuções de políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Sul.
Jaime Alonso Caravaca Morera; Daniela Espíndola; Juliana Bonetti de Carvalho; Adriana Rufino Moreira; Maria Itayra Padilha.	Artigo	Violência De Gênero: Um Olhar Histórico	O estudo nos ajudar a entender um pouco mais do conceito histórico da violência de gênero na literatura brasileira.
Marília Meneghetti Bruhn; Lutiane de Lara.	Artigo	Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica	Traz reflexões sobre o papel da rede socioinstitucional que acompanham as mulheres em situação de vítima de violência de gênero, percebendo um discurso institucional voltando a vitimização ao invés de contribuir com a autonomia da mulher.
Tatiana Machiavelli Carmo Souza; Fernanda Ferreira Rezende	Artigo	Violência Contra Mulher: Concepções E Práticas De Profissionais De Serviços Públicos	O estudo demonstra as dificuldades nas ações de prevenção, acolhimento e notificação dos serviços de saúde. Bem como a fragilidade teóricas e metodológica desses profissionais.

Maria Betânia Bezerra; Ana Paula Dantas da Silva Paulo; Hellen Renata Leopoldino Medeiros; Erta Soraya Ribeiro Cesar Rodrigues;	Artigo	Violência De Gênero E Suas Consequências Na Saúde Da Mulher	Contribuição para o entendimento dos contextos das mulheres em situação de vítimas de violência de gênero se encontram no Brasil.
Rachel Moreno	Artigo	Violência Contra a Mulher: o Desencontro entre os Gêneros	Contribui para uma maior compreensão do da contradição de haver ações e políticas públicas há muitas dificuldades para o cumprimento destas. Também faz críticas a formações de psicólogas(os) e como podem contribuir de maneira mais efetiva nas questões relacionadas a violência de gênero.
Ioneide de Oliveira Campos; Yasmim Bezerra Magalhães; Antonia Angulo-Tuesta	Artigo	Mulheres Em Situações De Violência Doméstica Acompanhadas Em Um Centro De Atenção Psicossocial	Contribui para reflexão das políticas públicas voltadas a saúde mental que estão relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Traz que o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) pode ser uma potencial ferramenta para o empoderamento feminino.
Camila Alves Siqueira; Ellen Sue Soares Rocha	Artigo	Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno	Contribui para uma maior compreensão da violência psicológica contra a mulher.

A tabela apresenta uma diversidade de trabalhos acadêmicos que abordam o tema da violência contra a mulher, especialmente em relação à violência psicológica e suas consequências na saúde mental das vítimas.

Luciane Lemos da Silva, Elza Berger Salema Coelho e Sandra Noemi Cucurullo de Caponi (2019), em seu artigo "Violência Silenciosa: Violência Psicológica como Condição da Violência Física Doméstica," trazem um conceito essencial sobre violência psicológica, fornecendo uma base para compreender os potenciais danos à saúde das mulheres que são vítimas dessa forma de violência.

Lourdes Maria Bandeira (2018), em seu artigo "Violência de Gênero: a Construção de um Campo Teórico e de Investigação," contribui para a discussão ao apresentar uma compreensão histórica e social das contribuições dos movimentos feministas nas questões relacionadas às violências de gênero.

Por sua vez, Giordana Calvão Fontes e Gláucia Ribeiro Starling Diniz (sem ano) discutem, em seu artigo "Gênero, Saúde Mental e Violência: Impactos Adversos da Violência Conjugal Psicológica na Saúde Mental de Mulheres," a violência psicológica de gênero sob a perspectiva da saúde mental das mulheres, destacando os potenciais danos nesse contexto específico.

Maria Luciana Garcia Cunha (2016), por meio de sua monografia "A Percepção Social Da Violência Psicológica Contra A Mulher," enriquece o entendimento do fenômeno da

violência de gênero, com enfoque nas abordagens psicossociais sobre a violência contra mulheres.

O artigo "Construindo 'Teias': Fragilidades E Potencialidades Para O Enfrentamento Da Violência Contra A Mulher," de Letícia Bortolotto Flores, Samara Silva dos Santos e Ilana Lemos de Paiva (2021), aborda as dificuldades enfrentadas nas práticas e execuções de políticas públicas no combate à violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Sul, o que destaca a importância de ações coletivas para superar esses obstáculos.

Jaime Alonso Caravaca Morera, Daniela Espíndola, Juliana Bonetti de Carvalho, Adriana Rufino Moreira e Maria Itayra Padilha (2014), em seu artigo "Violência De Gênero: Um Olhar Histórico," contribuem para o aprofundamento do conceito histórico da violência de gênero na literatura brasileira.

Marília Meneghetti Bruhn e Lutiane de Lara (2016), por meio do artigo "Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica," trazem reflexões importantes sobre o papel da rede socioinstitucional que acompanha as mulheres em situação de vítimas de violência de gênero. O artigo destaca a necessidade de evitar discursos institucionais que vitimizem as mulheres, priorizando a promoção da autonomia feminina.

Tatiana Machiavelli Carmo Souza e Fernanda Ferreira Rezende (2018), no artigo "Violência Contra Mulher: Concepções E Práticas De Profissionais De Serviços Públicos," discutem as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de serviços públicos nas ações de prevenção, acolhimento e notificação da violência contra a mulher, evidenciando a fragilidade teórica e metodológica desses profissionais.

Maria Betânia Bezerra, Ana Paula Dantas da Silva Paulo, Hellen Renata Leopoldino Medeiros e Erta Soraya Ribeiro Cesar Rodrigues (2018), em seu artigo "Violência De Gênero E Suas Consequências Na Saúde Da Mulher," contribuem para o entendimento dos contextos em que as mulheres em situação de vítimas de violência de gênero se encontram no Brasil.

Rachel Moreno (2017), por meio do artigo "Violência Contra a Mulher: o Desencontro entre os Gêneros," contribui para a maior compreensão da contradição existente entre a existência de ações e políticas públicas e as dificuldades no cumprimento efetivo dessas medidas. O artigo também apresenta críticas à formação de psicólogas(os) e como podem

8 DISCUSSÕES

A violência psicológica de gênero é difícil de ser percebida, pois ainda se encontra arraigado no imaginário coletivo, como não sendo uma forma de violência (PADILHA; MORERA, ESPÍNDOLA; CARVALHO, 2014), está por vezes consideradas atitudes esperadas

na relação sendo assim normalizada, ou seja, aceita socialmente como normal e padrão nas interações humanas (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007). Na pesquisa, observou-se que os estudos de gênero contribuíram para o questionamento dessas relações, desconstruindo que seria um papel natural (biológico) do feminino como sendo frágil, submissa e cuidadora. Esses aspectos dos papéis femininos foram construídos historicamente e culturalmente para dominação gênero feminino, estabelecendo uma relação de poder entre o gênero masculino e feminino (BANDEIRA, 2014).

O conceito de violência psicológica trazido na “lei Maria da penha” em seu artigo 7º, destaca em seu parágrafo “II - a violência psicológica entendida, como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularizador, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;” (BRASIL, 2006).

A violência psicológica é base para outras formas de violências por causar danos psicológicos alterando a maneira como a mulher em situação de vítima se percebe e percebe sua realidade, tornando assim mais vulnerável a outras formas de violência de gênero. Destaca-se também os danos à saúde, ocasionado pela continuidade dessa forma de agressão e que são vários, citados na revisão como baixa autoestima, danos a autoimagem, distorção da realidade, depressão, fobias, ansiedade, insônia, consumo excessivo de álcool e outras drogas, crise de pânico, isolamento social, automutilações e suicídio (FONTES; DINIZ, 2018).

Por meio do estudo, se observa que a violência acontece entre pessoas de diferentes graus de instrução, transpassando a classe social, religião, raça ou grau de escolaridade, entretanto, existem fatores que podem deixar mais suscetíveis a tal, como alto consumo de álcool, baixos níveis de escolaridade e questões financeiras como de uma baixa renda.

Mulheres com alto grau de escolaridade e boas rendas não estão livres de sofrerem violência, pois uma das pesquisas quantitativas citadas evidenciou que 50% que havia concluído o ensino médio ou estavam cursando ensino superior sofrem violência, e que 90% delas exerciam atividade remunerada. Em um estudo na região sudeste constatou-se que 28,3% das mulheres em situação de violência, tinham ensino superior incompleto ou completo, esses dados fazem demonstrar não ser apenas a perspectiva de que as situações de baixa renda e escolaridade é que fazem surgir situações de violência (RODRIGUES; PAULO; MEDEIROS; BEZERRA, 2019).

Outro fator observado e destaca-se é que em estados de embriagues muitos dos companheiros, familiares e outros atores, tendem a ser mais agressivos e impulsivos, distratando e humilhando as mulheres, porém não quer dizer que o álcool é o responsável, mas sim um facilitador.

Para muitas de citações das causas que levam a violência feminina, destaca-se o ciúme, relacionado na maioria das vezes como um fator que desencadeia a violência psicológica de gênero, atribuindo o papel da mulher como propriedade masculina, sendo em muitos casos o ciúme é uma forma de demonstração de afeto, destaca-se nesse aspecto as publicações realizadas por Siqueira e Rocha (2019).

A visão conservadora do papel da mulher também é apontada como fator de risco, bem como a falta de apoio familiar, que muitas vezes normaliza ou reforça a culpabilização ou vitimização das mesmas. A construção social brasileira defini o papel do feminino que foi relegada ao papel doméstico, frágil e de cuidadora da família e o masculino foi definido como papel de autoridade, coragem, agressividade e controle (SIQUEIRA; ROCHA 2019).

Na perspectiva da violência de gênero, percebe-se não como uma diferença ou conflito biológico, mas sim como algo construído e reforçado socialmente, politicamente e culturalmente. O termo violência contra a mulher inclui uma gama de perspectivas empíricas, teóricas e políticas, por isso o uso da palavra violência de gênero, pois em a compreensão de que os atos violentos são praticados em contextos e espaços relacionais de gênero. Evitando assim uma visão vitimizadora sobre a mulher, permitindo uma compreensão histórica das relações assimétrica entre os gêneros. Nessa análise se percebe como os papéis de gênero são construídos e modificados, e não pôr a caso, sendo algo coletivo, construído para manter relações de dominâncias entre os gêneros, onde o masculino é representado com virtudes agressivas, corajosas e dominadoras e o feminino como algo frágil, delicado e cuidadora (MORENO, 2017).

Cunha (2016) afirma que a relação de gênero permeadas por relações de poder assimétrica, tendo o masculino utilizando como forma de violentas a intimidação, humilhação, coerção, violência física entre outras ações, visando o controle do feminino. Essas ações acontecem nos âmbitos intrafamiliar, conjugal, laboral, institucional e entre outros.

No Brasil, os papéis das mulheres podem ser compreendidos a partir dos modos da colonização e do modelo patriarcal europeu monogâmico biparental, sendo imposto a europeus, indígenas e africanos, nesse modelo hegemônico o homem na figura paterna, tem o poder e é socialmente legitimado, sendo a mulher e crianças subordinas a ele. (SIQUEIRA; ROCHA 2019).

É possível afirmar que no contexto histórico brasileiro, é recente o reconhecimento dessa forma de violência como algo danoso e que viola os direitos das mulheres, pois até 2004 não haviam dispositivos legais que protegiam e cuidavam integralmente daquelas que sofriam violências no âmbito doméstico e familiar, um dos marcos brasileiros foi a Lei Maria da Penha de 2006 (Lei 11,340/2006), que traz o reconhecimento da violência doméstica e, em específico a psicológica. Permitindo assim uma maior possibilidade de atuar sobre essa problemática social.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem um papel importante no cuidado, prevenção e promoção a saúde, de maneira integral da mulher, para além do cuidado imediato e fortalecimento da autoestima dessa mulher em situação de vítima, para o profissional de psicologia é importante contribuir com o processo de empoderamento das mulheres, independente de situação de vítima ou não. Entendendo como empoderamento um processo coletivo de autonomia (SOUZA; REZENDE, 2018). Contribuindo assim para ações coletivas de promoção, proteção, cuidado e desenvolvimento do empoderamento feminino independente de área, abordagem e instituição profissional, sendo assim uma atitude ética, cidadã e política da psicologia.

Desde 2015, com agravamento da crise financeira no Brasil houve cada vez menos investimentos nas políticas públicas, o que impactou diretamente na política voltada as mulheres em situação de violência. Devido a lógica neoliberal de “Estado mínimo”, muito dos investimentos federais para essa problemática foram reduzidos, cabendo a estados e municípios gerir seus recursos (SANTOS; PAIVA; FLORES, 2021). Com essa redução e falta de maiores investimentos muitas das redes de cuidado (como o Sistema Único de Saúde -SUS, Sistema Único de Assistência Social - SUAS, judiciário, polícia entre outras redes) que já apresentavam dificuldades de atendimento integral, para as mulheres em situação de vítima ou em estado de vulnerabilidade, ficaram ainda mais desarticuladas, possibilitando um enfraquecimento dos serviços públicos. Dando espaço para ações filantrópicas e assistencialista, elaborando estratégias pontuais e isoladas, enfraquecendo ainda mais as redes de cuidado (LARA; BRUHN, 2016).

Destaca-se também a dificuldade no fazer dos profissionais de tais redes, tais como problema para identificar a violência de gênero (em especial a psicológica), falta de instruções e protocolos após identificação da violência de gênero, não acolhimento dos profissionais muitas vezes vitimizando ou culpabilizando as mulheres que sofrem violência, tornando assim os profissionais agentes multiplicadores e corresponsável por tais forma de violência (SANTOS; PAIVA; FLORES, 2021).

Nos serviços das redes de cuidado onde as condições de confidencialidade, acolhimento e reconhecimento das experiências como legítimas são respeitados a uma maior abertura e formas de diálogo sobre as violências sofridas, evitando assim a culpabilização e a vitimização das mulheres que procuram o serviço.

Magalhães, Campos, Ângulo-Tuesta (2020), contribuem com uma reflexão que ainda é mais preocupante quando essa mulher sofre de algum adoecimento ou transtorno mental, sendo ela é por vezes desacreditada. Essas mulheres tidas como “doentes mentais” ou com transtornos mentais, tem sua vivência deslegitimada, assim como sua autonomia e independência suspensas. Tornando assim seus relatos invisibilizados.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática apesar de sua relevância, há poucas pesquisas voltadas a violência de gênero psicológica, principalmente em suas perspectivas sociais e coletivas. Sendo encarado muitas vezes como algo do relacionamento amoroso, doméstico e familiar, focando em ações isoladas de saúde, assistência social e de segurança pública. Tais ações limitam o alcance de políticas públicas, tornando as redes de apoio existentes enfraquecidas;

No Brasil, a violência de gênero psicológica afeta a qualidade de vida das mulheres diretamente de maneira individual e coletiva, o aspecto mais impactante é na construção dos papéis e imagens sociais, onde a violência psicológica de gênero, reforça a imagem de submissão da mulher, objetificação dos corpos femininos, vitimização e culpabilização da mulher. Esse imaginário social estruturante contribui e reforça a cultura de violência de gênero simbólica e prática, sendo;

Há alguns problemas decorrentes da violência psicológica de gênero que afetam diretamente a vida da mulher, destacando-se a insônia, auto-imagem, auto-cuidado, ansiedade, depressão, uso abuso de drogas (legais ou não), suicídio, feminicídio, entre outras. Tendo a pandemia potencializado e mascarado alguns dos sintomas citados;

No aspecto mais coletivo a pesquisa bibliográfica evidenciou os casos de isolamento social e a normalização da violência e dominação masculina, reforçamento do papéis femininos (submissão e objetificação dos corpos das mulheres), agravamento de desigualdade salarial, assédios no trabalho, o enfraquecimento das políticas públicas, a desarticulação redes de cuidados, contribuindo assim para o agravamento da violência de gênero de maneira geral;

Os movimentos feministas vêm contribuindo para várias ações políticas e pesquisadas acadêmicas, que buscam desconstruir o papéis de gênero, relações de poder, empoderamento

feminino e luta pela igualdade do gênero. Porém politicamente com as conquistas de direitos de pautas feministas, vários grupos políticos ressentidos com a conquista de tais direitos, ataca os movimentos feministas, bem como os direitos adquirido, afirmando serem privilégios e utilizando de crise financeira para diminuir ou extinguir recursos financeiros, minando assim possibilidades de ações coletivas mais robustas e impactantes.

Para tanto, faz-se necessário a inclusão de políticas públicas mais contextualizadas com a realidade atual, promovendo ações mais concretas ou melhores estratégias para enfrentar a violência doméstica contra a mulher e suas diversas consequências.

As Leis, pesquisas e políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero, são poucas e requerem ações concretas voltas a violência psicológica. Não é intenção desse trabalho limitar as discussões, mas sim contribuir para divulgação da temática contribuindo para maior possibilidade de reflexões e ações para a problemática da violência de gênero psicológica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado* [online]. 2014, v. 29, n. 2 [Acessado 15 Março 2022], pp. 449-469. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>>. Epub 17 Set 2014. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

BEZERRA, Maria Betânia; PAULO, Ana Paula Dantas da Silva; MEDEIROS, Hellen Renata Leopoldino; RODRIGUES, Erta Soraya Ribeiro Cesar. (2019). Violência De Gênero E Suas Consequências Na Saúde Da Mulher. *Temas em Saúde*, Volume 19, Número 5 ISSN 2447-2131 João Pessoa, 2019. Disponível em <<http://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://temasemsaude.com/wpcontent/uploads/2019/10/19521.pdf>>.

BITTAR, Daniela Borges; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 17-24, Mar. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072011000100002&lng=en&nrm=iso>. Accessed on 24 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072011000100002>.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estud. av.*, São Paulo, v.17, n.49, p.8798, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Accessed on 24 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>.

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. (2016). Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. *Revista Polis e Psique*, 6(2), 70-86. Available from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000200005&lng=pt&tlng=pt>. Accessed on 11 Jun. 2022.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; MAGALHAES, Yasmim Bezerra; ANGULO-TUESTA, Antonia. Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. Rev. NUFEN, Belém, v. 12, n. 3, p. 116-138, Dec. 2020. Available from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912020000300009&lng=pt&nrm=iso>. Accessed on 11 Jun. 2022. <https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº03artigo77>.

CUNHA, Maria. A Percepção Social Da Violência Psicológica Contra A Mulher. Monografia (Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações) Escola de Comunicações e Artes Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

FLORES, Leticia Bortolotto; SANTOS, Samara Silva dos; PAIVA, Ilana Lemos de. Construindo "teias": fragilidades e potencialidades para o enfrentamento da violência contra a mulher. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 21, n. 50, p. 224-238, Apr. 2021. Available from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2021000100016&lng=pt&nrm=iso>. Accessed on 11 Jun. 2022.

FONTES, Giordana Calvão; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Gênero, Saúde Mental E Violência: Impactos Adversos Da Violência Conjugal Psicológica Na Saúde Mental De Mulheres. In: I Congresso Da Associação Brasileira De Pesquisa Em Prevenção E Promoção Da Saúde, 2018, Brasília. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/brapep/documentos/genero%2C-saude-mental-e-violencia%3A-impactos-adversos-da-violencia-conjugal-psicologica-na-saude-mental-de-mulheres>>. Accessed on 14 Mar. 2021.

FREITAS Ferreira, R.; FERNANDES Vieira Mattos, B.; FREITAS Ferreira, T.; CANTUÁRIA Lopes, V.; DAMASCENO Fiúza, R

.; LESSA do Carmo, A. Consequências Físicas e Psicológicas da Violência Doméstica para a Saúde da Mulher e para a Vida Escolar dos Filhos. Revista Desenvolvimento Social, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 19–32, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/2023>. Accessed on 20 Mar. 2021.

GUARESCHI, NMF. Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos. In RIVERO, NEE., org. Psicologia social: estratégias, políticas e implicações [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 86-95. ISBN: 978-85-9966-286-1. Available from SciELO Books.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000500001&lng=en&nrm=iso>. Accessed on 26 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>.

MORENO, Rachel. Violência Contra a Mulher: o Desencontro entre os Gêneros. Psicol. Ensino & Form., São Paulo, v. 8, n. 1, p. 83-96, Jun. 2017. Available from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217720612017000100008&lng=pt&nrm=iso>.

g=pt&nrm=iso>. Accessed on 11 Jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.21826/2179-58002017818396>.

RIBEIRO, Cristiane Galvão. Representações sociais da violência doméstica: qualidade de vida e resiliência entre mulheres vítimas e não vítimas. 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Available from: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7023>.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832007000100009&lng=en&nrm=iso>. Accessed on 14 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S141432832007000100009>.

SIQUEIRA, Camila Alves; ROCHA, Ellen Sue Soares. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, v. 2, n. 1, p. 12-23, 22 Jun. 2019. Disponível em <<https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107>>. Accessed on 11 Jun. 2022.